

CPI do Orçamento trabalhará durante recesso parlamentar

por Eduardo Hollanda
de Brasília

A CPI do Orçamento deverá continuar seus trabalhos durante o recesso parlamentar do Congresso, previsto para o período de 23 de dezembro a 4 de janeiro. Ontem, o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), solicitou ao presidente do Senado e do Congresso, senador Humberto Lucena (PMDB-PB) e ao 1º vice-presidente da Câmara, Adilson Motta (PPR-RS), que seja garantida toda a estrutura de pessoal e operacional para que a CPI continue os trabalhos.

A CPI vai ouvir hoje o depoimento do deputado Flávio Derzi (PP-MS), às 20h30. O deputado João de Deus Antunes (PPR-RS), deveria depor às 9h30 de hoje, mas solicitou adiamento, porque ainda não havia coletado provas suficientes. Como João de Deus já havia sido ouvido na subcomissão de subvenções, a cúpula da CPI decidiu que não iria mais ouvi-lo.

A CPI vai analisar hoje, também, em uma sessão fechada, a proposta do senador José Paulo Bisol (PSB-RS), no sentido de ouvir todos os citados nas denúncias e nos documentos da Odebrecht (parlamentares, governadores e ministros).

PC FARIAS

O empresário Paulo César Farias, preso no co-

mando da Polícia Militar em Brasília, disse ontem à delegação de cinco parlamentares da CPI do Orçamento, escolhidos para ouvi-lo, que nem ele nem seu irmão, Luiz Romero Farias, tinham ligação com a Comissão de Orçamento do Congresso. PC Farias afirmou aos deputados Odacir Klein (PMDB-RS), Luiz Salomão (PDT-RJ), Fernando Freire (PPR-RN), Sérgio Miranda (PC do B-MG) e ao senador Elcio Álvares (PFL-ES) que o dinheiro que ele movimentava enquanto tesoureiro da campanha do ex-presidente Collor provinha de contribuições feitas por empresas a campanhas políticas e de pagamentos a prestações de serviços feitas por uma das empresas, a EPC. O vídeo da investigação será apresentado ao plenário da CPI hoje.

ODEBRECHT

O ministro José Néri da Silveira, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu, ontem, o interrogatório do diretor da consultoria Norberto Odebrecht em Brasília, Manoel Ailton Reis, até que a Polícia Federal (PF) cumpra a decisão do STF, que determinou a imediata remessa dos autos de busca e apreensão dos documentos encontrados na casa do empresário, informou a Agência Brasil.

O interrogatório havia sido marcado para ontem pelo delegado Magnaldo José Nicolau.